



Quem te viu, quem te vê: a memória da ditadura brasileira entre o dizer e o silêncio

Israel de Sáⁱ (UFSCar/FAPESP)

E se todos os outros aceitassem a mentira imposta pelo Partido – se todos os registros contassem a mesma história –, a mentira tornava-se história e virava verdadeira. “Quem controla o passado controla o futuro; quem controla o presente controla o passado”, rezava o lema do Partido. E com tudo isso o passado, mesmo com sua natureza alterável, jamais fora alterado. Tudo o que fosse verdade agora fora verdade desde sempre, a vida toda. Muito simples. O indivíduo só precisava obter uma série interminável de vitórias sobre a própria memória. “Controle da realidade”, era a designação adotada (George Orwell, 1984).

Resumo:

A construção e a produção de uma história da ditadura militar no Brasil – cada qual com seu caráter singular –, por meio de diferentes abordagens, evidenciam que diferentes memórias sobre aqueles tempos são resgatadas na atualidade. A mídia, como campo discursivo que revela aspectos do sincretismo que lhe é próprio ao invocar um sem-número de linguagens na produção dos efeitos de sentido, reitera seu papel fundamental num espaço da democracia no qual “tudo se pode dizer” mas que nem tudo é dito, caracterizando, com isso, uma rede de sentidos na profusão dos silêncios. Dessa perspectiva, pretendemos tecer algumas palavras a respeito da produção de uma memória contemporânea da ditadura militar brasileira ao observar a retomada de textos publicados naquele período e reeditados hoje, além de material veiculado na mídia sobre o período. Para tanto, nos valem dos trabalhos desenvolvidos por Michel Foucault acerca, principalmente, das relações de poder e da produção da verdade, que são permeados pela história, além de cotejar bases da Análise do discurso de linha francesa, em especial a noção de memória discursiva.

Palavras-chave: Memória discursiva, Ditadura militar brasileira, Mídia.

Abstract:

The construction and the production of a history of the military dictatorship in Brazil – each one with their singular character –, through different approaches, evidence that different memories about those times are rescued nowadays. The media – as a discursive field that reveals aspects of the syncretism, invoking a multitude of languages while producing effects of meaning – reiterates its fundamental role in a space of democracy where “anything can be said”, but not all is said, characterizing, with this, a network of meanings in the profusion of silences. From this perspective, we intend to weave a few words regarding the production of a contemporary memory of the Brazilian military dictatorship, by observing the resumption of texts published during that date (and currently reissued), in addition to publicized material by the media about the period. To this end, we rely on the work of Michel Foucault, mainly regarding the relations of power and production of truth, which are permeated by History, as we collate the basis of the French Discourse Analysis, especially on the notion of discursive memory.

Key words: Discursive memory, Brazilian military dictatorship, Media.

Introdução

A produção de memórias e a construção da História estão inscritas nas redes de poder que possibilitam dizeres e estabelecem silenciamentos na produção de sentidos de uma determinada época como também de uma determinada cultura – daí pensar que as cronologias não são estanques nem homogêneas, que o retrato das condições de produção não se reduz somente ao contexto e ao tempo. O poder/querer dizer reflete aspectos do pensamento político e da política e abre espaços para a formação da memória. A democracia, tão aclamada e fortemente sustentada no Ocidente durante a modernidade, especialmente a partir da década de 1990 com políticas de “democratização mundial”, cria regimes de visibilidade que projetam efeitos de que tudo é permitido dizer/enunciar, mas que nem tudo é dito e que o silêncio recobre a construção da História.

Os regimes ditatoriais pelos quais passaram os principais países da América do Sul – entre os quais Brasil, Argentina, Chile, Uruguai e Peru – entre as décadas de 1960 e 1980 estabelecem uma aproximação entre eles ao mesmo tempo em que os distancia nas suas relações com a produção de memórias do período e aos regimes de visibilidade que sustentam. Está claro, pela maneira como o tema é (re)tomado no Brasil, que a memória da ditadura militar brasileira está formada na opacidade regida pelas produções marginais,

quase sempre de materiais da esquerda¹, uma vez que os órgãos oficiais insistem no apagamento do passado pela não (ou pouca) divulgação de documentos oficiais² do regime e ainda se sustentam na Lei de Anistia instituída naquele momento de repressão, em 1979, para não julgar os casos de tortura tão comuns à ditadura³. Mas, quais são os efeitos dessa revisitação marginal que diz no não dizer? Embora muitas vezes traçassem planos estratégicos conjuntos – lembremos especialmente da Operação Condor, que abrange um período entre os anos de 1973 e 1980, aproximadamente, realizada em conjunto entre as ditaduras do Brasil, da Argentina, do Chile, do Uruguai, da Bolívia e do Paraguai com o objetivo de combater o “terrorismo” (a resistência aos regimes militares) na América do Sul (DINGES, 2005) –, as ditaduras do sul da América escancaram uma produção histórica distinta que revela traços culturais nas formas como os sentidos e, ainda, as verdades são construídos. Se, por um lado, a Argentina, como exemplo, sustenta uma hipervisibilidade realçada por grandes manifestações e por punições – muitas delas com ampla cobertura midiática – e construções de espaços de debate e memória – há, na cidade de Buenos Aires, um sem-número de espaços clandestinos de repressão utilizados pela ditadura que se tornaram, hoje, espaços de memória –, por outro, no Brasil, há uma produção da memória no discurso que figura entre o democrático (a possibilidade de “dizer tudo”) e o silêncio (que evidencia, neste caso, o dizer à margem) – no Brasil, os projetos de constituição de espaços de memória ainda são incipientes e de pouca visibilidade; há, por exemplo, na cidade de São Paulo, o antigo centro de repressão do Departamento Estadual de Ordem Política e Social (DEOPS), no centro (região da Luz), que se tornou local de visita pública e espaço para estudos e debates sobre o período, o chamado Museu da Resistência (antigo Museu do Imaginário do Povo Brasileiro).

¹ É interessante observar que, de fato, são os materiais da resistência que mais aparecem nessa retomada marginal. No entanto, são memórias, principalmente, de uma “esquerda festiva”, cuja resistência se dava pelo humor e pelo sarcasmo, sendo a esquerda armada quase silenciada ou, em muitos casos, romantizada. Vale também ressaltar que a Comissão da Verdade, criada pelo governo federal em maio de 2012, tem seus trabalhos em torno dos crimes cometidos pelo regime, por agentes do Estado – sobre esse ponto, ver, por exemplo, artigo sobre a criação da comissão no jornal *O Estado de São Paulo*, disponível em <<http://www.estadao.com.br/noticias/nacional,comissao-da-verdade-deve-apurar-somente-acao-de-agentes-do-estado,872976,o.htm>> e acessado em 15 de maio de 2012.

² Há, hoje, um forte processo para a abertura de documentos das ditaduras Vargas e Militar, sendo que alguns deles, como aqueles que estão no Arquivo Nacional e no Arquivo Público do Estado de São Paulo, já podem ser acessados por pesquisadores. Contudo, a resistência à divulgação de grande parte desse acervo ainda dificulta o trabalho de produção histórica do período, fato que pode ser diluído com os trabalhos da Comissão da Verdade.

³ Nota-se, atualmente, a volta do debate sobre a punição de antigos agentes da repressão e a revisão da Lei de Anistia. O debate sobre as punições se fundamenta hoje na possibilidade de julgamentos de ex-militares pelo fato de se considerar que crimes de desaparecimento não prescrevem, uma vez que os corpos não foram encontrados e, portanto, ainda não estão “encerrados”. Esse movimento estabelece, tanto na mídia quanto na política, uma disputa que trouxe visibilidade também às manifestações da direita identificada ao regime que tem como exemplo as comemorações recentes pelo Golpe de 1964, ou Revolução de 1964, como é chamada por alguns grupos.

A especificidade brasileira é, portanto, evidenciada quando contrastada às demais ditaduras ocorridas na América Latina no mesmo período. Resgate e análise de documentos, punições a agentes da repressão estabelecem um acordo com o passado e criam a paz necessária para o presente e para o futuro. O esquecimento, ao contrário, deixa viva a cicatriz da violência e aberta a dívida com o passado censor e repressivo. Ainda que o debate sobre o tema seja constante na mídia e encampado por algumas (poucas) personalidades políticas, o Brasil ainda titubeia, embora penda, politicamente, mais para um lado que para outro, entre o esquecimento e a revisitação de seu passado que jamais deixou de fazer sangrar suas feridas.

Para refletir sobre uma produção da memória da Ditadura Militar brasileira na contemporaneidade lançaremos mão das análises genealógicas desenvolvidas por Michel Foucault, que nos possibilita a reflexão sobre as produções discursivas no interior de uma rede de poder e que estabelece relação com a produção de verdades (históricas). Também, num momento de discussão final de nossas análises, estabeleceremos diálogo com os trabalhos desenvolvidos por Michel Pêcheux, no âmbito da Análise do discurso de linha francesa, especialmente com a noção de memória discursiva. Ainda, tocaremos num ponto central, e muitas vezes apagado, para os estudos discursivos: a historicidade própria do discurso. Com isso, daremos início com uma breve retomada acerca do papel da mídia na construção de uma história daquele momento, ainda durante o processo de abertura, para, em seguida, voltarmos nosso olhar sobre a produção discursiva contemporânea em torno do tema ditadura.

O processo de distensão do regime militar e a espetacularização do discurso político

O final da década de 1970 foi marcado, no Brasil, por uma retomada do dizer político (um realce da política) por meio de um processo de espetacularização inscrito no interior da mídia, que via nesse mecanismo de produção discursiva uma maneira de trazer de volta a população para a discussão de tal tema⁴. A segunda metade daquela década foi marcada

⁴ Nesse ponto, retomamos algumas discussões apresentadas em nossa dissertação de mestrado a fim estabelecer um breve trajeto entre a construção de uma história do tempo presente, ainda naquele momento de repressão política, e a produção de uma memória contemporânea da ditadura militar brasileira, que é o objetivo principal de nosso trabalho atual.

por microacontecimentos que deram início a um processo de distensão do regime militar que conduziria, já em meados dos anos 1980, à abertura política e ao início da redemocratização. A crise econômica que deu fim ao *milagre econômico* que sustentava em boa medida a ditadura, o estopim da repressão com os assassinatos do jornalista Vladimir Herzog e do operário Manuel Fiel Filho no interior do Departamento de Operações de Informações – Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-CODI) do II Exército de São Paulo e os consequentes questionamentos decorrentes desses casos e, ainda, as dissonâncias no interior do próprio regime são alguns desses aspectos. Ora, trabalhos já desenvolvidos (SÁ, 2011) apontam que nesse momento surge um discurso de uma distensão política conduzida pelo próprio regime sustentado por enunciados como “abertura lenta, gradual e tranquila” e que procura salientar uma centralização na condução do país e, também, nas relações de poder, mas também mostram que as relações de poder são muito mais complexas que a simples centralização estatal, até mesmo em estados de exceção, ainda que nesses casos o controle, sobre os sujeitos e, conseqüentemente, sobre as produções discursivas, sejam muito maiores, uma vez que também o discurso é objeto de desejo, é “aquilo por que se luta, o poder do qual queremos nos apoderar” (FOUCAULT, 2004, p. 10).

O poder não está, substancialmente, identificado a um indivíduo que o possuiria e o exerceria desde sua origem; ele torna-se um maquinário do qual ninguém é titular. Certamente, nessa máquina ninguém ocupa o mesmo lugar; certos lugares são preponderantes e permitem produzir efeitos de supremacia. De sorte que podem assegurar uma dominação de classe, na medida em que dissociam o poder da força individual (FOUCAULT, 2010, p. 116-117).

A mídia, também ela, tem papel fundamental nesse processo de distensão da ditadura e, ainda, na construção da história, ainda em curso e, portanto, do tempo presente. Um percurso de leitura pelas páginas da grande mídia impressa da segunda metade da década de 1970 revela a ampliação do debate político e a construção de uma história que ainda nem é memória, uma vez que os fatos ainda acontecem e, portanto, o debate e o processo de construção ainda estão em curso. Não obstante, a caracterização do debate já revela por si movimentos na ordem do discurso que conduzem para o espetáculo da

Cf. SÁ, Israel de. *Da repressão à abertura política: processos de espetacularização do discurso político*. 2011, 213f. Dissertação de Mestrado em Linguística, sob a orientação da Profa. Dra. Vanice Sargentini, Universidade Federal de São Carlos. São Carlos: UFSCar, 2011.

política⁵ e estabelecem o encaminhamento para o democrático, que dá ilusão de tudo dizer mas que também é marcado pela opacidade e pelo silêncio.

Fato é, sem dúvida, que a repressão e a censura ainda estavam presentes de maneira marcante naquele momento, porém o enfraquecimento do regime que sustentava a ditadura já possibilitava uma resistência discursiva mais elaborada. O caso da morte do jornalista Vladimir Herzog expõe as relações de poder que apontam para o enfraquecimento da ditadura e a possibilidade de abertura política (SÁ, 2011) – “Passados três anos [...] a ação dos serviços de segurança sofreu fundas, dramáticas mudanças – detonada, em parte, pela própria morte de Herzog” (VEJA, 1978a, p. 28) ou, ainda, “Pela primeira vez [...] imprensa então livre de censura prévia entrou de rijo numa questão deste teor – e, depois, não parou mais. Uma semana após a morte, 8000 pessoas se concentraram na Catedral da Sé, em São Paulo, para um ato ecumênico – a primeira manifestação de tal porte, após longos anos de silêncio” (VEJA, 1978b, p. 25). As relações de força próprias das relações de poder possibilitam, sempre, a emergência de novas redes de discurso, pois, para Foucault (1979a), “a emergência se produz sempre em um determinado estado de forças [...] a maneira como elas lutam umas contra as outras, ou seu combate frente a circunstâncias adversas, ou ainda a tentativa que elas fazem [...] para escapar da degenerescência e recobrar o vigor a partir de seu próprio enfraquecimento” (p. 23). A emergência é, portanto, “a entrada em cena das forças” (p. 24).

O caso desse assassinato no interior de uma dependência do próprio regime carrega consigo os traços mais marcantes da espetacularização da política pela mídia, uma vez que entre os anos de 1975 e 1978 forma-se um trajeto de leitura que vai do informativo ao analítico: antes inscrita no debate meramente policial (o campo do jurídico), a morte de Herzog é deslocada para o debate político (logo, outro campo discursivo), que faz circular dados estatísticos (referentes à tortura, desaparecidos políticos etc.), exemplos comparativos (estabelece-se uma relação entre a barbárie ugandense e a civilidade inglesa

⁵ Os processos de distensão do regime militar e de abertura política possibilitaram o fortalecimento da mídia, antes travada na forte censura imposta pela ditadura, e trouxeram de volta o debate político. Com isso, uma reformulação no âmbito da mídia também permeou uma reformulação no âmbito da política, seja na forma de se fazer política (os discursos políticos, os meios de transmissão etc.) seja nos discursos sobre a política – o fortalecimento do texto sincrético na mídia impressa, dos meios audiovisuais na mídia televisiva, por exemplo, são aspectos desse processo. Essas transformações iniciadas, no Brasil, no final do período militar, refletem o forte espetáculo no qual se transformou a política e o discurso político atuais, que culminam, de certa forma, no próprio enfraquecimento da política. Sobre a espetacularização da política e do discurso político ver, por exemplo, Courtine (2003), que trata desse processo no âmbito francês, e Piovezani (2009), em especial o Capítulo 4, que observa as transformações do discurso político também com a emergência de diferentes meios de transmissão.

que mostra que o Brasil, após o caso Herzog, estava pronto para passar também da barbárie à civilização (VEJA, 1978b, p.25) – “o triunfo da ordem legal fixa um princípio – o de que o Estado brasileiro, mesmo nas questões de segurança, não pode estar acima das leis. É isso, no fundo, que faz a diferença entre Uganda e Inglaterra, entre a barbárie institucional e a civilização”), mobiliza comentadores que dão a voz de autoridade necessária para atestar aquilo que se argumenta e produzir efeitos de verdade ao que se investiga e analisa. Constrói-se, com isso, um espetáculo em torno do caso que, também ele, abre caminho para mudanças na política nacional e provoca abalo no próprio regime militar.

Esse trajeto, embora descontínuo, revela regularidades que dão à mídia o papel de sujeito da construção histórica.

O sentido histórico [...] reintroduz no devir tudo o que se tinha acreditado imortal no homem. [...] A história “efetiva” se distingue daquela dos historiadores pelo fato de que ela não se apóia em nenhuma constância: nada no homem – nem mesmo seu corpo – é bastante fixo para compreender outros homens e se reconhecer neles. [...] A história será “efetiva” na medida em que ela reintroduzir o descontínuo em nosso próprio ser (FOUCAULT, 1979a, p. 27).

Buscava-se, naquele momento de distensão do regime ditatorial e início da abertura política, um retorno ao passado recente pela análise do presente; um processo de *construção* da história que evidenciou, de fato, ruptura na ordem do discurso que inverteu o primado do efetivamente político – antes sustentado pelo gênero doutrinário dos partidos e das organizações de esquerda, muitas vezes inscritas na luta armada contra o regime militar – para o espetáculo da política no interior da mídia que traria consigo também uma espetacularização da memória e da história.

Da construção da História à produção da memória: a Ditadura revisitada

Passadas mais de duas décadas do fim da ditadura militar no Brasil, que em 1985 efetivou a transição, regida e mediada pelo governo militar em “parceria” com representantes civis da política, aparentemente tranquila do regime repressivo para a democracia constitucional⁶, a memória do período permanece ainda inscrita mais na

⁶ De acordo com Orlandi (1987, p. 275), “[...] a categoria de mediador não é transparente. Ao contrário, o mediador tem uma função decisiva na constituição das relações de poder. Ser mediador, no domínio do discurso, é fixar sentidos, é organizar as relações e disciplinar os conflitos. [...] o ato de nomear tem implicações ideológicas decisivas”. Desse modo

opacidade e no silêncio que nas possibilidades reais de dizer. Debates sobre o período sempre voltam à pauta nas discussões políticas e na grande mídia, mas quase sempre revelam pelo não dizer. As discussões em torno da revisão da Lei de Anistia e os debates de campanha eleitoral evidenciaram, em 2010, as relações de poder que sustentam a produção da memória do período e marcaram aspectos da visibilidade que se dá ao tema – entre o apagamento da história e a reativação do passado pelas (não) punições aos envolvidos, entre a construção histórica marcada pelas feridas das “lutas” e a romantização/“glamourização” da resistência. É próprio, por exemplo, dos ex-integrantes de organizações políticas ligadas à luta armada e que hoje participam da vida política nacional produzirem um apagamento do passado pela “romantização”, e ainda mais, por meio de uma “glamourização” do período e da resistência. Dois exemplos da política atual, das campanhas eleitorais de 2010, são evidentes: a) Fernando Gabeira, que participou do sequestro de embaixador americano, Charles Burke Elbrick, em 1969 – cujos relatos são evidenciados em seu livro *O que é isso companheiro?*, de 1979⁷ –, negou veementemente a possibilidade de ser o autor da ação caso decidissem pelo assassinato do diplomata, fato que poderia manchar sua candidatura ao governo do Rio de Janeiro; b) Dilma Rousseff, então candidata à presidência da República, trazia em seu site de campanha uma fotomontagem que apresentava uma espécie de biografia; nela, há três fotos: a primeira retratava Dilma ainda menina, enquanto a última, Dilma já política, porém, a foto que está no centro (e também centro de polêmica) mostrava a atriz Norma Bengel (sem que seu nome fosse especificado) em meio a manifestação dos anos 1960, fato que desvinculava Dilma da luta armada – que ainda a caracteriza como “terrorista” por alguns setores da sociedade e que a campanha política não nos deixou esquecer – e que apresentava o *glamour* da resistência pacífica contra regimes ditatoriais⁸.

institui uma forma de silêncio – que antes de levar a calar, leva a dizer o que não se quer dizer – que produz sentidos para um papel de coordenação do processo de abertura política. A crise econômica, os percalços provocados pelas denúncias de tortura, principalmente nos casos de Vladimir Herzog e Manuel Fiel Filho, além da forte resistência ao regime, com a luta armada, são silenciados – silêncio que provoca o apagamento – quando os militares se colocam no papel de “transmissores do poder” para um novo governo, de viés democrático, e, com isso, também produzem sentidos de tranquilidade para a transição.

⁷ Cf. GABEIRA, Fernando. *O que é isso companheiro?* Rio de Janeiro: Codecri, 1979.

⁸ Sobre essa minibiografia de Dilma Rousseff, a Profa. Dra. Vanice Sargentini vem desenvolvendo análises, apresentadas recentemente em eventos em Maringá (1º CIELLI/4º CELLI) e São Carlos (58º GEL) – junho e julho de 2010, respectivamente –, que sustentam, por meio de uma semiologia histórica, a produção de sentidos por uma espécie de narrativa que se evidencia pela leitura linear das imagens/fotos. Essa análise também está em artigo, no prelo, que será publicado pela série Trilhas Linguísticas, da UNESP de Araraquara: SARGENTINI, V. A análise do discurso e a natureza semiológica do objeto de análise. In: GREGOLIN, M.R.; KOGAWA, J.M. (Org.). *Análise do discurso e semiologia: reflexões contemporâneas*. Araraquara/São Paulo: Laboratório Editorial da FCL/UNESP; Cultura Acadêmica, 2012.

A construção da história e a produção da memória estabelecem, portanto, relação intrínseca com a (produção da) verdade – “espécie de erro que tem a seu favor o fato de não poder ser refutada, sem dúvida porque o longo cozimento da história a tornou inalterável” (FOUCAULT, 1979a, p. 19). No Brasil, de maneira diferente dos demais países da América do Sul que passaram por ditaduras, as lutas pela memória revelam as relações de poder e inscrevem o debate político no jogo de visibilidades opacas que proporcionam um debate no escuro a respeito do passado, do presente e, também, do futuro.

[...] a verdade não existe fora do poder ou sem poder [...]. A verdade é deste mundo; ela é produzida nela graças a múltiplas coerções e nele produz efeitos regulamentados de poder. Cada sociedade tem seu regime de verdade, sua “política geral” de verdade: isto é, os tipos de discurso que ela acolhe e faz funcionar como verdadeiros; os mecanismos e as instâncias que permitem distinguir os enunciados verdadeiros dos falsos, a maneira como se sanciona uns e outros; as técnicas e os procedimentos que são valorizados para a obtenção da verdade, o estatuto daqueles que tem o encargo de dizer o que funciona como verdadeiro (FOUCAULT, 1979b, p. 12).

As possibilidades para uma produção ampla da memória da ditadura militar brasileira, diferentemente, por exemplo, da argentina, que já mencionamos, passa pelos entraves políticos ao acesso a documentos oficiais da época. Dessa forma, mais que nunca, a relação dizer/não dizer configura a reativação do passado. Nesse ponto, volta sempre a questão da identidade brasileira, inscrita na sua própria cultura – o brasileiro como povo cordial e pacífico que, portanto, não guarda mágoas e perdoa seus detratores –, que põe no esquecimento uma forma de superação do passado obscuro. Assim, ampliando a discussão foucaultiana, observa-se que a produção e a formação dos regimes de verdade revelam, sempre, caracteres culturais, que também atuam no “controle” das produções discursivas.

Com força na margem, portanto, a memória, que recebe um estatuto de não politizada/despolitizada, mais uma vez tem seu espaço na mídia, que aparece como fundamental nesse processo na medida em que é nela que o passado volta, às vezes, com força. É nesse movimento e deslocamento constantes que se verificam incessantes chamadas pela mídia à apresentação de um passado obscuro, apagado da memória social, e mais, a publicação (ou republicação) de coletâneas e edições completas de jornais e revistas que tiveram destaque nos anos mais violentos da repressão militar e exerceram certo papel

de resistência ao regime. Assim, edições de jornais da mídia chamada alternativa⁹ publicados no início da década de 1970 são hoje reeditados e publicados em coletâneas ou edições *fac-símiles*¹⁰; também é constante a publicação de especiais sobre o período, quase sempre com ênfase no momento de maior repressão, em jornais e revistas atuais, além de uma incessante produção de filmes e documentários relativos a episódios daquele período – a produção da memória que se evidencia pela espetacularização.

Um breve olhar sobre a apresentação desse tipo de material nos faz observar as possíveis formas de circulação dessa produção memorial e, com isso, os efeitos dessa produção discursiva. No caderno de apresentação da reedição do jornal *Ex-*, por exemplo, temos: “a reedição do *ex-*, e por que não dizer o renascimento do *ex-*, oferece aos leitores uma viagem na máquina do tempo. Os que viveram aqueles anos terríveis poderão relembrar suas capas memoráveis e seus textos transbordando inteligência. Os mais jovens poderão imaginar um pouco o que era ser jornalista sendo constantemente perseguido” (NITRINI; SEVERIANO; CHIODI, 2010, p. 2). Também na apresentação de Marcelo Madureira à coletânea de *O Pasquim*, nota-se: “O legendário hebdomadário ipanemense foi o órgão oficial da democracia e da liberdade naqueles anos plúmbeos de tirania militar” e “Aqui, neste livro, você vai encontrar o melhor dos melhores em seus melhores momentos” (MADUREIRA, 2006, s/p). Sem uma reflexão sobre o período e sobre seus efeitos na contemporaneidade, a volta desse material silencia seus aspectos políticos e ganha forma pela simples retomada de algo do passado. As marcadas (discursivas) dessa produção da memória da ditadura inscrevem a história da resistência – pacífica do jornalismo alternativo e armada das organizações de esquerda – também entre o romântico e o glamour, apagando sua dimensão política. O texto revisitado ganha novo estatuto e inscreve-se em novos gêneros discursivos; antes marcado pelo conflito, esse material que se sustentava na imprensa alternativa de resistência, hoje, na sua volta, revela o enfraquecimento de seu caráter político, de confronto, e inscreve-se no gênero memorialista, construindo e estabelecendo uma narrativa histórica sobre o período de resistência à ditadura.

⁹ Vale destacar de início que denominamos aqui a mídia adjetivada pelo termo “alternativa” aquela que sobrevivia à margem do discurso oficial e que, de alguma forma, encontrava mecanismos para burlar a censura e estabelecer certa resistência à ditadura edificada no país, mas em contraponto aos periódicos editados por algumas das organizações de esquerda do período. Ainda, Chinem (1995, p. 7) afirma que “nos anos 70 circularam inúmeros jornais de tamanho tablóide – a metade do usado nos jornais convencionais – com um traço comum a todos eles: a coragem”.

¹⁰ São exemplos que destacamos deste processo os jornais *O Pasquim*, principal periódico da chamada “mídia alternativa” do período, que tentou uma revitalização recentemente, mas que também reaparece em coletâneas, e *Ex-*, cujas edições *fac-símiles* (com todos os exemplares) foram publicadas recentemente pela Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, em parceria com o Instituto Vladimir Herzog.

A não politização do tema ditatorial, atualmente, portanto, leva à manutenção de uma “falta de sentidos” do discurso marginal dos tempos da ditadura; ao mesmo tempo, a retomada de textos da época, ainda que na sua marginalidade, constituem um processo de (re)significação e inscrição de um discurso de resistência na memória e, talvez, na história. A produção da história hoje, que está intrinsecamente permeada pela consolidação de memórias, passa, sem dúvida, pelos jogos que se estabelecem na mídia. Uma memória do período de ditadura militar no Brasil não é diferente e vem marcada pela visibilidade que conjuga opacidade e silenciamento, regulação e silêncio – como mostra Zoppi-Fontana (2011, p. 169), “a democracia tem a ver com a produção de um visível, e o quanto a produção desse visível depende de invisíveis que ainda nos habitam”. É interessante, portanto, o papel que se dá a esse material, que emerge e é resgatado na contramão dos debates atuais acerca do período. Tal emergência, embora pareça registro oficial, tem circulação específica na margem e evidencia certa preocupação com o resgate histórico e a construção/consolidação da memória, mas inscreve também um apagamento (e silenciamento) no debate acerca de uma possível revisão na Lei de Anistia, de 1979, que desembocaria em possíveis punições a agentes da repressão. E, como dito, um dizer que sustenta um não dizer.

Ainda algumas palavras...

O aparecimento de um discurso de retomada no interior da mídia – pelas reedições, especiais, documentários, entrevistas e filmes – não cria ainda um regime de visibilidade e muito menos provoca uma hipervisibilidade que sustente o tema, ao contrário da Argentina, por exemplo, cuja mídia de massa, em especial a televisiva, trouxe o julgamento (e a condenação) de agentes políticos da ditadura e provocou uma rede de visibilidade que sustenta uma hipervisibilidade – a repetibilidade que apaga o não visível torna-se um caractere de um regime democrático. Há, portanto, relação com o que afirma Pêcheux (1999), de que há uma “fragilidade, uma tensão contraditória no processo de inscrição do acontecimento no espaço da memória” (p. 50), pois há o acontecimento que escapa à memória, que não chega a se inscrever, e há o acontecimento que é absorvido na memória, como se não tivesse ocorrido – a mídia acentua, então, a visibilidade que dá margem para uma compreensão do todo, que atesta uma característica de produção do real, mas que na

verdade é apenas “efeito de”, que marca a opacidade e acentua a relação do visível com o invisível, da produção de sentidos com o silêncio.

Se hoje, ainda, uma memória do período ditatorial se produz no embaraço democrático que cria efeitos de verdade e, talvez, de realidade, a história daquele momento emerge na marginalidade cujos dizeres visíveis acentuam uma cultura da cordialidade mas que os silêncios realçam a contradição.

Referências Bibliográficas

- COURTINE, Jean-Jacques. Os deslizamentos do espetáculo político. In: GREGOLIN, Maria do Rosário. *Discurso e mídia: a cultura do espetáculo*. São Carlos, SP: Claraluz, 2003, p. 21-34.
- CHINEM, Rivaldo. *Imprensa alternativa: jornalismo de oposição e inovação*. São Paulo: Ática, 1995.
- DINGES, John. *Os anos do Condor: uma década de terrorismo internacional no Cone Sul*. Tradução Rosaura Eichenberg. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.
- FOUCAULT, Michel. Nietzsche, a genealogia e a história. In: _____. *Microfísica do poder*. Tradução Marcelo Catan. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979a, p. 15-37.
- _____. Verdade e poder. In: _____. *Microfísica do poder*. Tradução Lílian Holzmeister e Angela Loureiro de Souza. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979b, p. 1-14.
- _____. *A ordem do discurso*. Tradução Laura Fraga de Almeida Sampaio. 11. ed. São Paulo: Loyola, 2004.
- _____. O olho do poder. In: MOTTA, Manoel Barros da. *Michel Foucault: repensar a política*. (Ditos & Escritos VI). Tradução Ana Lúcia Paranhos Pessoa. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010, p. 107-125.
- MADUREIRA, Marcelo. Apresentação. In: JAGUAR; AUGUSTO, César (Ed.). *O Pasquim: antologia 1969-1971*. v.1. Rio de Janeiro: Desiderata, 2006, s/p.
- NITRINI, Dácio; SEVERIANO, Mylton; CHIOLDI, Amancio (Ed.). *Ex-: edição fac-similar completa de novembro de 1973 a dezembro de 1975*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo / Instituto Vladimir Herzog, 2010.

- ORLANDI, Eni Pulcinelli. A fala de muitos gumes: as formas de silêncio. In: _____. *A linguagem e seu funcionamento: as formas do discurso*. 2.ed. Campinas, SP: Pontes, 1987, p. 263-276.
- ORWELL, George. 1984. Tradução Alexandre Hubner e Heloísa Jahn. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.
- PÊCHEUX, Michel. Papel da memória. In: ACHARD, P. et al. *Papel da memória*. Tradução Eni Pulcinelli Orlandi. Campina: Pontes, 1999, p. 49-57.
- PIOVEZANI, Carlos. *Verbo, corpo e voz: dispositivos de fala pública e produção da verdade no discurso político*. São Paulo: UNESP, 2009.
- SÁ, Israel de. *Da repressão à abertura política: processos de espetacularização do discurso político*. 2011, 213f. Dissertação de Mestrado em Linguística. São Carlos: Universidade Federal de São Carlos, 2011.
- VEJA. Foi suicídio?. n. 529, Editora Abril, 25 out. 1978a, p. 27-30.
- VEJA. Sob o império da lei. n. 530, Editora Abril, 01 nov. 1978b, p. 24-29.
- ZOPPI-FONTANA, Mónica. As imagens do invisível. In: SARGENTINI, Vanice; CURCINO, Luzmara; PIOVEZANI, Carlos (Org.). *Discurso, semiologia e história*. São Carlos, SP: Claraluz, 2011, p. 163-181.

ⁱ Israel de SÁ, Doutorando

Universidade Federal de São Carlos (UFSCar)

Programa de Pós-graduação em Linguística (PPGL)

Agência Financiadora: Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP)

israeldesa@gmail.com